



Número: **0800114-09.2016.8.15.0241**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Monteiro**

Última distribuição : **11/02/2016**

Valor da causa: **R\$ 13500.0**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	GLAUBER MACIEL PIRES
AUTOR	ADEILSON SOUSA AVELINO
RÉU	UNIBANCO SEGUROS S.A.

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
2910283	11/02/2016 10:57	Petição Inicial	Petição Inicial

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ____ VARA
CÍVEL DA COMARCA DE MONTEIRO - PB**

ADEILSON SOUSA AVELINO, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identidade RG nº 3.012.815 expedida pela SSP/PB, inscrita no CPF sob o nº 092.514.024-42092.514.024-42, residente e domiciliado no Sítio Olho d'água das Dores, zona rural de Monteiro- PB, CEP 58.500-000, por seu advogado que este subscreve, mandato incluso, os quais recebem intimações na Rua Inocêncio Lopes, Nº 02, Centro, Monteiro-PB, CEP: 58.500-000, Fone: (83) 999679000 / 986781338, com fulcro nos arts. 186 e 927 do Código Civil, vem à presença de Vossa Excelência promover a presente

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO POR DANOS PESSOAIS
CAUSADOS POR VEÍCULO DE VIA TERRESTRE - DPVAT**

Em face do **UNIBANCO AIG SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ SOB Nº 33.166.158/0001-95, fazendo com base nos argumentos fáticos e jurídicos adiante aduzidos:

-

I - DOS FATOS:

Em 07/08/2015, por volta das 19:30hs, o requerente foi vítima de trágico acidente de trânsito, quando ia desta cidade para o Sítio Olho d'água das Dores, conduzindo uma motocicleta Honda/CG 150 Titan, cor vermelha, ano /mod. 2009/2009, placa MOL 8683/PB, chassi 9C2KC15109R028950,

licenciada em nome do declarante, quando nas proximidades do Parque de Vaquejada “ José Galvão”, em uma curva na estrada de terra, se deparou com dois rapazes que vinha em outra motocicleta, momento que sobraram na curva e acabou colidindo com a moto do requerente.

A colisão ocorreu na lateral de sua motocicleta, o condutor da moto o Sr. Adeilson foi atingido em seu pé esquerdo sofrendo lesão grave em seus dedos, e escoriações.

O autor foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital Regional Santa Filomena nesta cidade, onde recebeu atendimento médico e foi diagnosticado tendo contusão no pé esquerdo, fraturas e luxações nos quatro últimos dedos do pé esquerdo, sendo encaminhado para a realização de cirurgia urgente; o requerente foi para o Hospital Antônio Targino em Campina Grande/PB, onde realizou a cirurgia e foi diagnosticado fratura de falange distal do pé esquerdo, ao qual resultou perda de função do dedo mínimo do pé esquerdo e fortes dores no período da noite.

Diane do contexto, busca o(a) Requerente a tutela jurisdicional, deixando de percorrer pela via administrativa, já que a Requerida, através de seus prepostos, já lhe adiantou que a indenização, neste caso, será paga de acordo com a tabela expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, onde cada parte do corpo humano é quantificada monetariamente.

II – DO DIREITO:

Vejam os que prescreve a legislação em vigor, em especial, a alínea “i” do art. 20, do Decreto-Lei, nº 73 de 21 de novembro de 1966, acrescida pela Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

Art 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

l) danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não;

Acometido de debilidade permanente a demandante fundamenta seu pedido no art. 3º da Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre a cobertura e os valores das indenizações, a saber:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Nesses casos a indenização deve ser paga diretamente à vítima, por ser sobrevivente, capaz de recebê-la, conforme prescreve o artigo seguinte:

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

A legislação prevê a forma e o prazo para o pagamento do seguro ao beneficiário, de modo que:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: [\(Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

A legitimidade passiva para responder pela indenização do seguro obrigatório DPVAT, pois a seguradora UNIBANCO AIG SEGUROS S/A faz parte do pólo de seguradoras, tendo a seguradora Líder como responsável por todas as seguradoras.

Vale salientar Excelência que, por não haver na circunscrição do acidente o Instituto Médico Legal (IML), foi anexado, com igual valor probante, a ficha de atendimento ambulatorial do Hospital Pedro I e atestado médico comprovando a fratura sofrida.

III – DOS PEDIDOS

EX POSITIS, requer:

- a) Sejam deferidos os benefícios da justiça gratuita, haja vista que no momento o(a) autor(a) não tem condições econômicas e/ou financeiras de arcar com as custas processuais e demais despesas aplicáveis à espécie, sem prejuízo próprio ou de sua família;
- b) Citação da empresa seguradora, na pessoa do seu representante legal, a fim de que compareça a audiência de conciliação e apresente sua defesa, no tempo devido, sob pena de revelia;

- c) Procedência da presente ação, com a condenação a Requerida ao pagamento da importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) ao Requerente, acrescida de correção monetária e juros de mora, nos termos das razões esposadas acima;
- d) O julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, I, do CPC, por se tratar de matéria unicamente de Direito;
- e) Provar o alegado pelos meios em direito permitidos, especialmente pelo depoimento pessoal do promovente e o preposto da promovida, a oitiva de testemunhas, a juntada de documentos e outras necessárias.

Termos em que pede e espera deferimento.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00

Monteiro, 06 de novembro de 2015.

GLAUBER MACIEL PIRES

OAB/PB 19.417